

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 876, DE 2025

Dispõe sobre a incorporação de tratamentos hormonais para climatério no Sistema Único de Saúde (SUS).

Autora: Deputada ANA PAULA LIMA

Relatora: Deputada ROGÉRIA SANTOS

I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Saúde o Projeto de Lei nº 876, de 2025, de autoria da nobre Deputada Ana Paula Lima, que "dispõe sobre a incorporação de tratamentos hormonais para climatério no Sistema Único de Saúde (SUS)".

Na justificção, a autora ressalta que o climatério representa uma fase de transição com significativas implicações para a saúde e qualidade de vida da mulher, que decorrem da redução na produção de hormônios. Destaca, ainda, a alta prevalência de sintomas vasomotores e da síndrome geniturinária da menopausa, e defende que a eficácia da terapia hormonal. A proposição busca, portanto, assegurar que as mulheres brasileiras, especialmente as mais vulneráveis, tenham acesso equitativo a esses tratamentos no âmbito do SUS.

O projeto foi distribuído às Comissões de Saúde; Defesa dos Direitos da Mulher; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A matéria não recebeu emendas nesta comissão.



A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A proposição em análise aborda uma questão de inegável relevância para a saúde pública e para a promoção da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS). A atenção à mulher na fase do climatério é fundamental para garantir não apenas a sua qualidade de vida, mas também para prevenir agravos e doenças decorrentes das profundas alterações hormonais que marcam esse período. A iniciativa da nobre Deputada Ana Paula Lima é, portanto, meritória e oportuna.

Ao analisar a redação original, notamos que a autora, com notável acerto, já aponta o caminho para a correta implementação da medida. O art. 2º do projeto estipula que a oferta do tratamento hormonal deve ocorrer não apenas sob indicação médica, mas também "nos termos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990". Essa remissão, de grande importância, evoca todo o arcabouço de avaliação para incorporação de tecnologias em saúde, processo que garante a segurança, a eficácia e a sustentabilidade das ofertas no âmbito do SUS.

O Substitutivo que ora apresentamos busca, justamente, dar densidade e clareza a essa determinação. Em vez de uma referência genérica à lei, nossa proposta detalha o instrumento por excelência para essa finalidade: os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT). A elaboração de um PCDT específico para o climatério é a via adequada para que a decisão sobre quais terapias ofertar seja embasada na melhor evidência científica disponível, em análises de custo-efetividade e no amplo debate com a sociedade, fortalecendo a gestão do sistema e a segurança das pacientes.



Contudo, cientes de que a elaboração de um protocolo pode demandar tempo, e para dar efetividade imediata ao intuito da autora, o Substitutivo estabelece uma medida transitória fundamental. Fica assegurada a oferta de tratamento hormonal mediante prescrição médica enquanto o PCDT não for implementado. Com isso, equilibra-se a responsabilidade técnica com a urgência da demanda das pacientes.

Dessa forma, o Substitutivo não altera o mérito da proposta original, mas o aprimora e operacionaliza, transformando uma diretriz correta em um comando legislativo claro, exequível e alinhado às melhores práticas de saúde pública.

Ante o exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 876, de 2025, na forma do Substitutivo já apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ROGÉRIA SANTOS
Relatora

2025-12026



COMISSÃO DE SAÚDE

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 876, DE 2025

Dispõe sobre a elaboração de Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica (PCDT) para o climatério e sobre a oferta de tratamentos hormonais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a elaboração de Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica (PCDT) para o climatério e estabelece a oferta de tratamentos hormonais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) como medida transitória até a implementação do referido protocolo.

Art. 2º Será desenvolvido Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica (PCDT) específico para a atenção integral à saúde da mulher na fase do climatério, que contemplará as diferentes abordagens terapêuticas, inclusive o tratamento hormonal.

Parágrafo único. Enquanto o PCDT não for implementado, fica assegurada a oferta, no âmbito do SUS, de tratamento hormonal para os sintomas decorrentes do climatério, mediante prescrição médica e em conformidade com o disposto no art. 19-P da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada ROGÉRIA SANTOS
Relatora

2025-12026

